

CHE - CÂMARA DE CIÊNCIAS HUMANAS, SOCIAIS E EDUCAÇÃO (PÔSTER)

NOME: DANIEL SANTOS BRAGA

TÍTULO: OS FUNDOS DE FINANCIAMENTO E A VALORIZAÇÃO DO PROFESSOR NA REDE PÚBLICA DE EDUCAÇÃO EM BELO HORIZONTE: LIMITES E POSSIBILIDADES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE FINANCIAMENTO (1996-2010)

AUTORES: DANIEL SANTOS BRAGA

AGÊNCIA FINANCIADORA (se houver): CAPES

PALAVRA CHAVE: Financiamento da Educação, Valorização do Magistério, Educação Básica

RESUMO

A presente comunicação tem por objetivo apresentar a pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado em Educação e Formação Humana da Faculdade de Educação da Universidade do Estado de Minas Gerais que se propõe um estudo sobre a influência da criação e implantação dos fundos de financiamento no aspecto da valorização dos professores da rede pública de educação básica do município de Belo Horizonte/MG no período compreendido entre os anos de 1996 a 2010. Nesse sentido, pretende-se avaliar se os fundos de financiamento (FUNDEF e FUNDEB) contribuíram ou não para a melhoria das políticas de valorização, no âmbito da formação, carreira e remuneração docente da rede municipal de ensino de Belo Horizonte. Para o direcionamento da análise do objeto de estudo, serão investigados o plano de carreira, a implantação de piso salarial, concurso público para a educação, condições adequadas de trabalho e incentivo à formação docente, para que se verifiquem quais seriam os impactos produzidos pelas políticas públicas de financiamento educacional na valorização e na construção da profissão e da carreira docente na rede pública de educação básica do município.

Na última década do século passado e na primeira do século XXI, a política de valorização do magistério se tornou um importante ponto de discussão no tocante à questão da relação das condições de trabalho dos/as professores/as com a qualidade da educação. Tanto por parte de grupos de pesquisa ligados à academia quanto por parte das associações de professores/as e sindicatos, a remuneração, a carreira e a formação docente tem sido encaradas como fatores preponderantes na construção de uma educação de qualidade. Cada vez mais, a questão da valorização está vinculada ao debate sobre o financiamento dos sistemas de ensino, que também tem encontrado solo fértil no campo da Educação no Brasil. Tais debates, a saber, os impactos das políticas de financiamento público da educação na valorização do magistério, têm reverberado na acadêmica com uma crescente produção de artigos científicos, dissertações e teses, assim como com a organização de diversos grupos de pesquisa sobre o tema, incluindo a formação de uma associação nacional de pesquisa em financiamento.

A repercussão desse debate também se manifesta no movimento dos/as professores/as, em suas associações e sindicatos, assim como em movimentos nacionais em defesa da escola pública, que passam a elencar, cada vez mais, em suas pautas reivindicatórias, o aumento dos investimentos em Educação tendo como um dos objetivos, a melhoria das condições de vida e trabalho dos/as professores/as. Por fim, percebe-se também a atualidade dessa discussão a partir da ampliação, nas três últimas décadas, de formulações por parte dos governos, de políticas públicas relacionadas ao financiamento e a vida funcional dos/as professores/as, incluindo carreira e remuneração.

A legislação educacional já na Constituição Federal de 1988 previa a valorização dos/as profissionais da educação básica contemplando Planos de Carreira, Piso Salarial Nacional e a necessidade de concurso público para ingresso na carreira. A questão reaparece na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (Lei 9.394/96) que apresenta a finalidade da educação básica como o desenvolvimento do educando, assegurando-lhe formação comum para o exercício da cidadania e fornecendo-lhe meios para qualificação e progressão no trabalho assim como em estudos posteriores. Um dos grandes méritos da nova LDB foi exatamente, incluir dentre os aspectos legais da educação, para cumprir de maneira eficaz essa finalidade expressa, a valorização do/a professor/a. No campo do financiamento, se destacam nas últimas décadas as políticas de fundos de financiamento, com o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Fundamental e de Valorização do Magistério (FUNDEF) e o Fundo de Manutenção e Desenvolvimento do Ensino Básico e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). O objetivo declarado dessas políticas era resolver as distorções e disparidades regionais, redistribuindo equiparativamente os recursos, ampliando-os assim como possibilitar através dos recursos, a valorização do magistério. Decorrem desse último objetivo das políticas de fundo, as discussões em torno do processo de elaboração, votação e implantação da lei do Piso Salarial Profissional Nacional (Lei 11.738/08). Belo Horizonte, por ser a capital do estado e o município com maior desenvolvimento econômico e PIB, possui a maior rede pública municipal de Minas Gerais. Por essas características, sua administração educacional é bastante influenciada pelas transformações em nível nacional e se torna um importante espaço para análise das repercussões das políticas públicas gerais. Justifica-se a escolha deste tema para um projeto de pesquisa tendo em vista a necessidade de avaliar se de fato, o cumprimento da legislação atingiu seu objetivo previsto de valorização dos professores da educação pública básica. Perceber os limites e as possibilidades das políticas de financiamento público da educação no aspecto da valorização dos professores da rede pública municipal em Belo Horizonte, pode se tornar uma importante ferramenta na análise crítica de tais mecanismos de financiamento, seu aprimoramento e até mesmo, seu questionamento.